

BIBLIOTECAS NO BRASIL: UM OLHAR HISTÓRICO

Josiel Machado Santos

RESUMO

Oferece-se um panorama sobre a origem das bibliotecas no Brasil por se entender que sempre esteve esquecida no decorrer da história. Conhecer seu passado é aprofundar no conhecimento das primeiras instituições do conhecimento implantadas no país. Desde o início, as bibliotecas nunca tiveram o devido reconhecimento seja por causa do desconhecimento de sua verdadeira importância na vida da sociedade, seja pela simples descrença ou por questões ligadas ao desenvolvimento social, e desde seus primórdios vêm sofrendo das mais variadas causas de destruição: incêndios, abandono, descaso, mas sempre, como uma fênix, renasce das próprias cinzas. E, certamente, muito disso se deve a presença do bibliotecário em seu cotidiano. Por fim, espera-se contribuir para o entendimento de que biblioteca não deve ser entendida apenas como um fenômeno social e cultural, mas sim como uma instituição social das mais complexas e importantes do sistema de comunicação humana.

Palavras-chave: Bibliotecas – Brasil. Trajetória histórica. Bibliotecário. Disseminação da informação.

LIBRARIES IN BRAZIL: A HISTORICAL LOOK

ABSTRACT

It offers a panorama on the origin of the libraries in Brazil, considering that it always was forgotten in the pass of its history. To know its past is to deepen in the knowledge of the first institutions of the knowledge implanted in the country. From the beginning, the libraries never had the due recognition, because the unawareness of its true importance in

the life of the society, by the simple incredulity or by questions connected to the social development, and from its beginnings have suffered the most varied causes of destruction: fires, abandonment, negligence, but always, like a phoenix, reborn of its own ashes. And, certainly, a lot of this is due to the presence of the librarian in people's daily life. Finally, it expects to contribute for the understanding that library does not have to be understood only like a social and cultural phenomenon, but like a social institution of the most complex and important of the system of human communication.

Keywords: *Libraries - Brazil. Historical trajectory. Librarian. Spreading of information.*

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, pouco se sabe sobre a existência de livros e bibliotecas na primeira metade do século XVI no Brasil. Os documentos são escassos e as pesquisas são poucas. Não seria incorreto afirmar que a demanda de livros nesse período fosse quase insignificante e que os que estavam em solo brasileiro eram aqueles indispensáveis aos padres e magistrados no exercício de suas funções

O aparecimento de livros, instituições de ensino e, posteriormente, as bibliotecas, só ocorrerão a partir de 1549 com a instalação do Governo Geral, em Salvador (Bahia). A partir dessa data começou, de fato, o sistema educacional no Brasil e são, com o estabelecimento dos conventos de diversas ordens religiosas, principalmente da Companhia de Jesus - os Jesuítas - que serão formados os primeiros acervos no país.

De acordo com Moraes (1979) a vida intelectual estava concentrada no norte do país e foi lá que iniciou a produção literária naquilo que ele chamou de “Idade Média Brasileira.”

O mesmo autor diz que a história das bibliotecas no Brasil passa por momentos distintos e, ao mesmo tempo, semelhantes. Todos sofreram por problemas iguais, obtiveram momentos de brilho e glória e lutaram para sobreviver aos desafios.

No Brasil, a história das bibliotecas até o início do século XIX pode ser resumida em três etapas sucessivas. Inicia-se com as bibliotecas dos Conventos e

Particulares, passa-se pela fundação da Biblioteca Nacional e chega-se até a criação da Biblioteca Pública da Bahia.

2 BIBLIOTECAS DOS CONVENTOS E PARTICULARES

Devemos a Moraes (1979) o levantamento mais eficiente e detalhado das bibliotecas existentes no Brasil no período colonial. Nos três primeiros séculos de colonização, o país contava com bibliotecas dos mosteiros, conventos e de colégios religiosos bem como de bibliotecas particulares.

Os livros no Brasil Colonial eram escassos, devido à proibição de Portugal de se instalar uma tipografia no país e da censura imposta pela Inquisição Católica, além disso, não há muitas informações sobre bibliotecas particulares nos séculos XVI e XVII. A existência de uma vida cultural mais significativa passou a ocorrer a partir do século XVIII.

De acordo com Martins (2002), poucas pessoas livres possuíam livros e estas eram, principalmente, de Minas Gerais: os tamanhos das bibliotecas mineiras eram diversos, não sendo determinado pela riqueza, mas pelo grau de refinamento intelectual e de escolaridade dos proprietários. Padres, advogados e cirurgiões possuíam as maiores e melhores bibliotecas.

Entre as principais bibliotecas mineiras, destacam-se: a de D. Frei Domingos da Encarnação Pontenel, que possuía 412 títulos e 1066 volumes, tanto de obras sacras quanto de ciências e de ilustração e a de Cláudio Manuel da Costa, com 383 volumes, quase todos de direito.

Na Bahia, a biblioteca de Padre Francisco Agostinho Gomes, reuniu a melhor e maior biblioteca particular com milhares de livros. Quanto ao Rio de Janeiro, a biblioteca do advogado João Mendes da Silva é destacada, com 250 volumes, sendo 150 de direito e o restante de história e de curiosidade, e a de Silva Alvarenga era outra excelente, possuía cerca de 1576 volumes.

É ainda no Rio de Janeiro, na biblioteca do Colégio Jesuíta, que vem uma

informação de grande importância: além de possuir um grande acervo, cerca de 5434 volumes, Moraes (1979) diz que, eles sempre tiveram excelentes bibliotecários e que um deles, Irmão Antônio da Costa, catalogou todos os livros da biblioteca por autor e assunto, sendo o primeiro catálogo brasileiro verdadeiro.

Na passagem do século XVIII para o XIX, a leitura e os livros foram tornando espaço no Brasil. Muitas pessoas passaram a reservar mesas e móveis para os livros e, posteriormente um cômodo. Foram instaurados também lugares especiais para os livros, como bibliotecas e livrarias. A leitura oral, pública ou privada, proliferou e os livros passaram a serem lidos e debatidos. De acordo com Moraes (1979), as bibliotecas se tornaram um espaço de contestação e surgindo, posteriormente, a necessidade de bibliotecas maiores com gabinetes de leitura.

De forma geral, o Brasil colônia concentrava os livros nos Conventos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus. No fim do século XVI, os Jesuítas instalaram uma biblioteca em Salvador. Outras ordens religiosas - beneditinos, franciscanos, carmelitas - tinham bibliotecas em seus conventos. Os franciscanos, por exemplo, reformularam em 1776, os seus estudos e adotaram a filosofia da Ilustração (ou Iluminismo). Até metade do século XVIII, as bibliotecas dos Conventos foram centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros. São Paulo teve até esse momento duas boas bibliotecas conventuais: a de São Bento e a de São Francisco.

Em 1773, com a extinção da Companhia de Jesus, a expulsão dos Jesuítas do Brasil pelo Marquês de Pombal e o conseqüente confisco de seus bens, as Bibliotecas Jesuítas tiveram seus acervos amontoados em lugares impróprios durante anos, enquanto se procedia aos inventários dos bens e sua destinação final. O destino trágico das bibliotecas e arquivos dos conventos brasileiros foi consumado pelos anos em que se seguiram e, em 1851, não havia quase nada que aproveitar, conforme relatório de Gonçalves Dias, incumbido pelo governo imperial da missão de examinar o estado das bibliotecas dos conventos em algumas províncias do país (SOUZA, 2005).

3 BIBLIOTECA NACIONAL

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil parece ser um assunto já muito debatido e, portanto, sem novidades. A transferência da Real Biblioteca, com um acervo de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas para o Brasil, representou para o país, o início de sua futura Biblioteca Nacional.

A Biblioteca Real, não foi trasladada junto com a comitiva real, em novembro de 1807; foram deixados para trás vários caixotes de livros, de documentos, gravuras e outras preciosidades (MORAES, 1979). No dia 12 de outubro de 1808, o Príncipe D. João é informado pelo encarregado da Real Biblioteca, Alexandre Antônio das Neves, sobre as providências que tomou para manter a salvo o acervo e sugeriu ao mesmo o despacho do acervo para a colônia. Somente em março de 1811, o acervo da Biblioteca d’Ajuda composta pela Livraria Real e do Infantado, partiu em 230 caixotes acompanhados pelo auxiliar bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Para trás ficaram quatorze caixotes de manuscritos e livros raros da Biblioteca Pública de Lisboa, dentre outros objetos da Coroa. Em setembro do mesmo ano, foram embarcados mais 87 caixotes de livros acompanhados pelo servente José Lopes Saraiva (MORAES, 1979).

A biblioteca foi oficialmente inaugurada no dia 13 de maio de 1811, data de aniversário de D. João, nas instalações do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, sendo franqueada apenas aos estudiosos mediante prévia solicitação. Em 1814, a biblioteca foi aberta ao público, tendo como “prefeitos” designados Frei Gregório José Viegas e Frei Joaquim Dâmaso, além de três “serventes” portugueses, todos vindos da Biblioteca d’Ajuda – José Joaquim de Oliveira, José Lopes Saraiva e Feliciano José e um auxiliar Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Em 1821, foi publicado seu estatuto, o qual surpreende pelo conteúdo de seus 32 artigos, os quais pouco difere da maioria dos regimentos de algumas de nossas bibliotecas.

Com a Independência do Brasil, passou-se denominar Biblioteca Nacional. De

acordo com Souza (2005), a biblioteca permaneceu por quase 50 anos em um prédio inadequado, enfrentando problemas de orçamento, graves deficiências no tratamento do acervo, despreparo e má remuneração dos funcionários e falta de segurança. Somente em cinco de agosto de 1858, a Biblioteca Nacional se mudou para o Largo da Lapa, depois da insistência de um dos seus diretores, o monge beneditino Camilo de Montserrat. Mesmo sendo melhor que o anterior, o novo prédio novamente se mostrou insatisfatório, não obstante as obras de expansão e adaptação. Com o desenvolvimento da produção editorial, a generalização do depósito legal, as compras e doações de grandes coleções, além do crescimento da população letrada, foram exigidos espaços mais amplos e acondicionamentos apropriados às diferentes espécies documentais.

A biblioteca só teve um prédio próprio e definitivo em 1910, quando mudou para a Avenida Rio Branco. Segundo Martins (2002) o novo prédio erguido graças aos esforços de alguns de seus diretores, como José Alexandre Teixeira de Melo (mandato de 1895 a 1900) e Manuel Cícero Peregrino da Silva (mandato de 1900 a 1924), foi projetado pelo engenheiro Francisco Marcelino de Sousa Aguiar e construído sob a coordenação dos engenheiros Alberto de Faria e Napoleão Moniz Freire. De um estilo eclético, combinava elementos neoclássicos e *art-nouveau*, contendo ornamentos de artistas como Visconti, Henrique e Rodolfo Bernardelli, Modesto Brocos e Rodolfo Amoedo.

Souza (2005) diz que suas instalações atendiam as exigências técnicas da época; pisos de vidros nos armazéns, armações e estantes de aço com capacidade para 400 mil volumes, amplos salões e tubos pneumáticos para o transporte de livros dos armazéns para o salão de leitura.

Desde a fundação no Brasil, o acervo da biblioteca sempre foi acrescido por inúmeras aquisições, doações e “propinas”, isto é, a entrega obrigatória de um exemplar do que era impresso em Portugal, de acordo com o Alvará de 12 de setembro de 1805, e também na Corte do Rio de Janeiro.

Dentre as doações, há duas famosas: a biblioteca particular de Frei Veloso, que

possuía cerca de 2500 volumes, e a do poeta árcade Silva Alvarenga, que ao morrer, deixou 1576 volumes.

Pelo acervo, quando o Brasil se separou politicamente de Portugal e negociou a compra da Real Biblioteca, o país pagou oitocentos Contos de Réis, ou 250 mil Libras Esterlinas, cerca de 12,5% do total do pagamento pelos objetos, deixado pela Corte. A negociação entre os dois países foi mediada pelo inglês Charles Stuart, para a concretização de um empréstimo feito pelo Brasil no valor de um milhão e quatrocentos mil Libras Esterlinas (SOUZA, 2005).

4 BIBLIOTECA PÚBLICA DA BAHIA

A Biblioteca Pública da Bahia foi fundada no dia 13 de maio de 1811, na administração de D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos e então Capitão-General da Província da Bahia, porém não foi dele a iniciativa e sim de um rico senhor de engenho, Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco e de um grupo de homens inteligentes e cultos, que, às escondidas, liam em clubes maçônicos, livros franceses de idéias filosóficas e políticas.

A biblioteca era a primeira com um caráter verdadeiramente público uma vez que as dos Conventos não eram públicas e a Real Biblioteca do Rio de Janeiro já existia em Lisboa e tinha sido apenas transferida de sede (MORAES, 1979).

Inicialmente contou com a biblioteca particular de seu principal idealizador, além de cinquenta mil Réis por ele oferecido, dinheiro esse usado para fundos da nova instituição. Seu exemplo foi seguido por seu primo Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco, além de Padre Francisco Agostinho Gomes, Dr. Domingos Borges de Barros e pelo próprio governador.

Ao contrário do que aconteceu com a Biblioteca Nacional, a biblioteca da Bahia, iniciou-se com apenas quatro mil livros, sendo três mil em língua francesa e o fato curioso é que os livros do Conde dos Arcos não foram doados à biblioteca e sim emprestado. Gonçalves Filho (1962) afirma que o Conde retirou seus livros logo que a

biblioteca passou a funcionar na Catedral.

É ainda Gonçalves Filho (1962, p. 21), que nos diz como era a biblioteca

[...] media o salão da Biblioteca cento e onze palmos de comprimento por quarenta e três de largura, possuindo duas salas anexas de, respectivamente, trinta e um palmos e meio de comprimento por dezenove de largura e doze palmos por dez. Dava entrada para o estabelecimento uma larga porta contígua à frontaria da Catedral [...]

A biblioteca vivia das subscrições de sessenta provincianos, seus primeiros sócios, no valor anual de dez mil Réis cada. Cabia a um conselho a direção da nova instituição, o qual era eleito anualmente. Seus primeiros membros foram: Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco e Dr. José Avelino Barbosa como diretores, Padre Francisco Agostinho Gomes, secretário, Manuel José de Melo tesoureiro e, Lúcio José de Matos, bibliotecário (MORAES, 1979).

Em 1817, com o afastamento do Conde dos Arcos do governo provincial, os subscritores puderam um pouco do ânimo de levar a biblioteca em frente. A instituição começava a adoecer.

O sistema de conselho foi destituído em 1820 e a direção da biblioteca passou às mãos de um bibliotecário. A indicação do primeiro diretor caiu sobre Vicente Ferreira de Oliveira, porém nenhuma melhora aconteceu na biblioteca.

Na tentativa de salvar a biblioteca, o então governador da Bahia, Marquês de Aguiar, em Carta Régia, pediu autorização a Corte para a extração de uma loteria por ano, durante três anos, no valor de seis a oito mil Réis. O pedido foi aceito, porém, de 1811 a 1820, a biblioteca ficou totalmente abandonada.

Sobrevivendo a míngua, a biblioteca chegou a 1834 com um acervo de 7957

volumes, o que representava muito pouco para um espaço de 23 anos. Cresceu um pouco mais a partir de 1836, com o aparecimento dos “Suspiros Poéticos e Saudades” de Gonçalves de Magalhães.

Gonçalves Filho (1962) nos diz que em 1834, a pedido de José Joaquim Pinheiro de Vasconcelos - Barão de Montserrat- então governador da Bahia, foi feito o primeiro catálogo da biblioteca, sendo que mais de 3 mil livros acabara de entrar no acervo, somando um total de 11575 volumes. Todavia, esse número foi reduzido para 10715, devido a pragas de bibliocrepia e biblioclastia.

Em 1863, treze anos depois, o acervo chegou a 15 mil volumes. Na administração de José de Oliveira Campos, a biblioteca teve o seu número ainda maior de volumes: dezoito mil. É também nessa época que ocorreu a mudança da biblioteca da Catedral para a Piedade, prédio onde funcionava o Senado Estadual. Ali os livros foram jogados numa sala onde chovia copiosamente e muitos não resistiram.

Até 17 de novembro de 1900, a biblioteca ficou na Piedade, sendo após essa data transferida para o Palácio Rio Branco, ocupando uma minúscula sala. De 1900 a 1908, nada foi feito pela biblioteca. Em seu centenário, em 1911, tinha ela 42 mil volumes.

Em janeiro de 1912, como relata Gonçalves Filho (1962), a biblioteca recebeu um duro golpe: um incêndio devastou seu acervo, restando a salvo apenas trezentos volumes. Riquíssimas coleções foram perdidas entre elas a “Idade d’Ouro”, primeiro jornal da Bahia.

A restauração foi iniciada no Arquivo Público. Pouco a pouco, foi se reconstituindo graças aos esforços do seu diretor, José de Oliveira Campos. Em maio de 1915, a biblioteca já contava com 20 mil volumes (MORAES, 1979).

O verdadeiro Renascimento da biblioteca ocorreu em 1939 quando Jorge Calmon assumiu a direção da biblioteca. Através de três anos de trabalho e devotamento total à instituição, conseguiu dar-lhe vida nova, integrando-a nas modernas tendências do pensamento contemporâneo e justificando assim, o seu título de biblioteca pública.

5 CONCLUSÃO

É verificável a existência de bibliotecas no Brasil desde o período colonial. A necessidade de registrar conhecimentos e informação e, posteriormente, o desfrute de obras por parte da sociedade, levou vários segmentos a montar bibliotecas desde pouco depois do descobrimento. Esse objetivo deve-se em grande parte aos jesuítas e homens de gênio e cultura como Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco.

No Brasil, as bibliotecas só tiveram um acesso direto com o público geral a partir do fim do século XVIII, quando idéias iluministas levaram vários brasileiros a uma ostensiva oposição ao governo, criando nessa mesma época a primeira biblioteca pública, na Bahia.

Dessa forma, pode-se afirmar que a história da biblioteca se relaciona intimamente com a história do conhecimento humano. Foi, por e com ela, que o conhecimento foi preservado e disseminado através do tempo.

Por outro lado, o profissional bibliotecário também deve ter seu reconhecimento, pois, apesar das diversas formas de atuação, objetivou sempre a mediação do conhecimento ao seu principal alvo: o usuário.

Portanto, conclui-se que a biblioteca não deve ser entendida apenas como um fenômeno social e cultural, mas sim como uma instituição social das mais complexas e importantes do sistema de comunicação humana, sendo responsável pela preservação e transmissão da cultura. Além disso, por sua singular condição e ao mesmo tempo repositório e meio de difusão das experiências desenvolvidas em constante interação com os fatores que atuam no processo sócio-cultural, o que em nem sempre se dá de forma satisfatória e equilibrada.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES FILHO, Péricles Diniz. **A biblioteca pública da Bahia e a nossa realidade cultural**. [S.I.]: Imprensa Oficial, 1952.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3.

ed. São Paulo: Ática, 2002.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, 1979.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, 3. 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005 Disponível em: <<http://www.csouza952.com.br/IIICIB.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

BATTLES, Mathew. A conturbada história das bibliotecas. São Paulo: Planeta, 2003.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. A biblioteca pública como um lugar de signos. In: **Infociência**, São Luís, v. 4, p. 21-31, 2004.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PINHO, Antônio Carlos; Machado, Ana Lúcia. **História das Bibliotecas: introdução, origens e as bibliotecas no Brasil**. [S.l.: s. n.], 2003. Disponível em: <<http://www.mundocultural.com.br/index.asp?url=http://www.mundocultural.com.br/artigo/s/colunista.asp?artigo=635>> Acesso em: 22 fev. 2007.

PEREZ- RIOJA, José Antônio. **El libro y la biblioteca**. Barcelona: Salvat, 1952.



Artigos

Josiel Machado Santos

Pós-graduando em Docência Superior pela Universidade Gama Filho (UGF) e graduado em Biblioteconomia pelo Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), 2007. Atualmente, é Bibliotecário-Coordenador e Docente do Instituto de Ensino Superior de Minas Gerais (IESMIG).

lordjosiel@yahoo.com.br